

DEPARTAMENTO DE SAÚDE MENTAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA UFMG

Programa de Pós Graduação em Psicoterapias Cognitivas

Geraldo Alves Lacerda

CATEGORIZAÇÃO E CRENÇAS DISFUNCIONAIS

Belo Horizonte

2012

Geraldo Alves Lacerda

## CATEGORIZAÇÃO E CRENÇAS DISFUNCIONAIS

Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicoterapias Cognitivas do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de pós graduado.

Orientador: José Carlos Cavalheiro da  
Silveira

Belo Horizonte

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIAS COGNITIVAS  
[www.sam.medicina.ufmg.br](http://www.sam.medicina.ufmg.br)

ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA de **GERALDO ALVES LACERDA** nº de registro 2011670807. No dia **dez de fevereiro de dois mil e doze**, reuniu-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, a Comissão Examinadora indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Psicoterapia Cognitiva, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: **“CATEGORIZAÇÃO E CRENÇAS DISFUNCIONAIS”**, requisito final para a obtenção do Grau de Especialista em Psicoterapias Cognitivas, pelo Curso de Especialização em Psicoterapias Cognitivas. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Cíntia Satiko Fuzikawa, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do trabalho final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof. Rodrigo Nicolato

Instituição: UFMG

Indicação: aprovado

Prof. José Carlos Cavalheiro da Silveira

Instituição: UFMG

Indicação: aprovado

Pelas indicações o candidato foi considerado aprovado  
recebendo a nota final de 90 pontos.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2012.

Prof. Rodrigo Nicolato \_\_\_\_\_

Prof. José Carlos Cavalheiro da Silveira \_\_\_\_\_

Prof. José Carlos Cavalheiro da Silveira/ Coordenador \_\_\_\_\_

Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo do Coordenador.

**Prof. José Carlos Cavalheiro da Silveira**  
Coordenador do Curso de Especialização em  
Psicoterapias Cognitivas  
Faculdade de Medicina da UFMG  
Insc: 14199-2

Agradeço à minha família, pelo apoio, aos meus professores, pelo empenho em me habilitar, e aos meus colegas, pelo companheirismo.

Digo que a cena é um lugar físico e concreto que pede para ser preenchido e que lhe façam falar sua linguagem concreta. [...] Digo que essa linguagem concreta [...] deve primeiro satisfazer aos sentidos.

(ARTAUD, 1984)

## RESUMO

Em nosso processo de apreensão do mundo nós categorizamos não só na forma de representações mentais, reproduzir internamente os significados do mundo interno, mas também somos ativos na construção de sentido para além do apresentado “lá fora”. Esse processo pró-ativo de construção de sentido se dá de maneira recursiva e pode encontrar-se disfuncional quando o indivíduo, de alguma forma, sistematiza uma única maneira de construção de sentido, o que se manifesta na figura da psicopatologia dos mais diversos transtornos mentais. Nesse trabalho foi feita uma revisão bibliográfica dos conceitos de categorização segundo a psicologia cognitiva e a lingüística cognitiva com o objetivo de discretizar os processos envolvidos nessa atividade, pois esse entendimento pode balizar o desenvolvimento de técnicas terapêuticas mais realistas pelos psicoterapeutas cognitivos para atuar de forma mais pontual nas crenças disfuncionais, que são modelos disfuncionais de categorização.

Palavras chave: Categorização; Terapia Cognitiva; Linguística Cognitiva; Crenças Disfuncionais.

## ABSTRACT

In our process of understanding the world we categorize not only in the form of mental representations, reproduce internally the meanings of the internal world, but we are also active in the construction of meaning beyond the presented "out there". This proactive process of constructing meaning is given recursively and may be found dysfunctional when the individual, in some way, systematized only a way of constructing meaning, which is manifested in the figure of psychopathology from various mental disorders . In this work, was done a literature review of the concepts of categorized according to cognitive psychology and cognitive linguistics in order to discretize the processes involved in this activity, because this understanding may help guide the development of more realistic therapeutic techniques for cognitive psychotherapists to work in a more timely dysfunctional beliefs that are dysfunctional models of categorization.

Keywords: Categorization, Cognitive Therapy, Cognitive Linguistics; Dysfunctional Beliefs.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>11</b>
2.1. As ciências cognitivas.....	11
2.2. Objetivistas X Construtivistas.....	13
<b>3. A TERAPIA COGNITIVA OBJETIVISTA.....</b>	<b>15</b>
<b>4. LINGÜÍSTICA COGNITIVA E PSICOLOGIA COGNITIVA.....</b>	<b>18</b>
4.1 Contextualizando a Lingüística Cognitiva.....	18
4.2 A noção de categoria e conceito.....	18
<b>5. CATEGORIA, UM PERCURSO EPISTEMOLÓGICO.....</b>	<b>20</b>
5.1 A categorização no modelo simples do conhecimento.....	21
5.2 Teoria prototípica.....	21
5.3 Os conceitos relacionai ou categorias-ação.....	22
5.4 Teorias dos esquemas.....	22
5.5 A teoria dos frames.....	23
5.6 As teorias dos roteiros.....	22
5.7 O connexionismo.....	23
5.8 O enantismo ou atuacionismo.....	24
<b>6. A OPERAÇÃO DE CATEGORIZAÇÃO, OUTROS ACRÉSCIMOS.....</b>	<b>27</b>
6.1 Vamos à definição de categorização.....	27
6.2 Aproximando categoria de crença.....	29
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>34</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As Ciências Cognitivas dominam o cenário do entendimento da cognição humana, mas nem sempre elas têm um diálogo entre si. Este trabalho propõe fazer uma aproximação entre o conceito de categorização da Lingüística Cognitiva e o conceito de crença disfuncional da Terapia Cognitiva, pois existe uma questão fundamental nas abordagens direcionadas à identificação e flexibilização das crenças centrais e essa questão está representada pelo processo de ativação dessas crenças. Então, diante disso, entender quais processos estão envolvidos na atividade de categorização/referenciação, em que a língua está envolvida, pode contribuir para um maior entendimento do processo de ativação das crenças centrais.

Crenças centrais segundo Knapp (2004, p. 22) “são as nossas idéias e conceitos mais enraizados acerca de nós mesmos, das pessoas e do mundo. As crenças são incondicionais, isto é, independente da situação que se apresente ao indivíduo, ele irá pensar do mesmo modo consoante com sua crença.”

Knapp (2004, p. 21) também explica que, no modelo de Beck, quando o indivíduo apresenta problemas psicológicos seus pensamentos se tornam mais distorcidos e rígidos, os julgamentos tornam-se absolutos e generalizados, e as crenças fundamentais mais inflexíveis.

A Lingüística Cognitiva concebe uma visão mais integrada da cognição humana, pois entende a linguagem como uma forma de organizar e dar forma às experiências, ou seja, mais uma operação cognitiva. Essa operação de significação pode emergir em crenças e esquemas de categorias e foi esse fato que nos conduziu a pesquisar a categorização como instrumento de leitura cognitiva sobre o mundo e a emergência dessas categorias na forma de esquemas.

Assim, far-se-á uma revisão bibliográfica das principais teorias das Ciências Cognitivas em especial da Lingüística Cognitiva acerca do processo

de categorização na formação de esquemas de interpretação dos fenômenos do mundo pelos humanos. A partir disso, será feita uma aproximação entre o conceito de categorização da Linguística Cognitiva e o conceito de crença disfuncional da Terapia Cognitiva (BECK, 1982), com a finalidade de verificar quais processos estão envolvidos nessa atividade e sua possível aplicabilidade na psicoterapia. Busca-se com essa aproximação teórica aumentar-se o conhecimento sobre essa operação, pois emergências de técnicas mais realistas podem resultar dessa mescla. Paralelamente contribuir com informações relevantes para os terapeutas cognitivos na forma de publicação de artigos e trabalhos científicos em revistas de áreas afins, aumentando os conhecimentos desses profissionais sobre esse tema.

## 2. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo faremos uma breve explanação histórica sobre as origens do conceito de representação mental juntamente com o nascimento das Ciências Cognitivas como ciência, pois foi a partir do aprofundamento deste conceito que surgiram as outras teorias que nos levaram à revolução cognitiva. Logo depois faremos uma pequena citação do contexto histórico do nascimento da Psicologia Cognitiva.

### 2.1 As Ciências Cognitivas

Gardner (1995, p. 43) adota a data de 11 de setembro de 1956, data do Simpósio sobre a Teoria da Informação, como a data consensual do reconhecimento da Ciência Cognitiva. Ocorreu a partir desta década, diz ele, a integração dos conhecimentos de várias áreas científicas na figura de uma nova ciência da cognição. Essa ciência englobava descobertas em psicologia, neurociência, lingüística, filosofia, etologia, matemática computacional, etc., e se pautava no truísmo de que “o cientista cognitivo baseia sua disciplina sobre o pressuposto de que, para fins científicos, a atividade cognitiva humana deve ser descrita em termos de símbolos, esquemas, imagens, idéias, e outras formas de representação mental.” Esse foi o paradigma que mudou a visão unicamente behaviorista da psicologia de que só o comportamento observado e as estruturas neurológicas tinham validade científica (GARDNER, 1995, p. 53-54). E é a partir da concepção de representação mental que se pôde balizar os fundamentos da terapia cognitiva.

Saraiva (2008, p. 41) adota uma definição das Ciências da Cognição, hoje, congruente e muito próxima da definição levantada por Gardner nas origens dessa ciência, mas amplia o entendimento dos processos cognitivos com outras abordagens teóricas lingüísticas de maior abrangência, mas que não serão explicadas nesse capítulo:

O conjunto de saberes denominado Ciências da Cognição é entendido como um campo interdisciplinar de investigação, que envolve várias áreas do conhecimento, principalmente estudos de áreas da Filosofia, da Psicologia, das Neurociências, da Lingüística, das Ciências da Computação e da Inteligência Artificial. Seu objetivo básico é compreender a estrutura e o funcionamento da mente humana, através dos estudos dos processos cognitivos a ele subjacentes (percepção, atenção, memória, conceptualização, e categorização, etc.)-grifo meu-

Dupuy (1996, p. 27) acrescenta que, além da representação ter uma qualidade fundamental no funcionalismo da ciência da cognição, num outro nível, o da representação da faculdade de representação é onde essa ciência declara-se, ao mesmo tempo, materialista ou fisicalista e reivindica a sua autonomia em relação às ciências da natureza. “A mente, entendida como o modelo da faculdade de modelizar, reencontrou seu lugar no universo material.” (DUPUY, 1996, p. 35-36). Assim, pode-se iniciar o processo de entendimento da mente e das operações cognitivas como advindas do funcionamento cerebral e não mais uma entidade subjetiva e abstrata fora do corpo.

Esse autor considera o nascimento das ciências cognitivas no início dos anos 40, “Assim é que, na década de 1940, nasceu a cibernética – e em seu rastro, as ciências cognitivas” (DUPUY, 1996, p.34), sobre a égide do movimento cibernético de um pequeno grupo de neurobiólogos, engenheiros e matemáticos que se reuniam nas chamadas conferências Macy (1946-53) com o objetivo de construir uma ciência geral do funcionamento da mente.

Saraiva (2008, p.60) em uma visão mais atual e didática acrescenta que:

Desde seu surgimento na década de 40, o movimento cibernético esteve dividido entre o estudo da mente humana, que deu origem à Inteligência Artificial Simbólica, e o estudo do cérebro, que deu origem aos estudos conexionistas de redes neurais. Ambos coexistiam, mas somente a partir da década de

80, o conexionismo teve seu vigor com o advento da idéia de Processamento Distribuído Paralelo desenvolvido por Rumelhart, McClelland e col.

## 2.2 Objetivistas X Construtivistas

A psicologia comportamental foi a grande aliada das Ciências Cognitivas, logo no seu início, mas logo depois surgiu a psicologia cognitiva, para suplantiar as críticas existentes à primeira, como modelo teórico mais abrangente.

Em relação às mudanças ocorridas no campo da psicologia, com a primeira revolução cognitiva alteraram-se as bases das psicoterapias comportamentais com a integração de novos princípios cognitivos propostos pelos objetivistas os quais definiam que o conhecimento das coisas estava fora dos seres, independentes das mentes que as percebiam: “Em uma concepção de categorias, o trabalho da mente, não era o de construir os conceitos, mas o de descobri-los em sua plenitude no mundo externo.” Nesse contexto as terapias cognitivas tradicionais (objetivista, de Beck) apareceram e advogaram o racionalismo como uma poderosa ferramenta para a obtenção do equilíbrio psicológico humano. Assim coube ao terapeuta, através de técnicas, auxiliar o paciente a ajustar ou aperfeiçoar seus padrões de categorização (representação) do mundo de forma que eles fossem mais socialmente aceitos (ABREU, 2011, p. 41).

Com a chegada dos paradigmas construtivistas ocorreu uma nova revolução no cognitivismo caracterizando uma segunda revolução cognitiva que tem como um dos teóricos, George Lakoff citado por Abreu (2011, p. 42), o qual argumenta que:

O processo cognitivo é corporificado, isto é, os significados que são criados, freqüentemente, partem das estruturas corpóreo-emocionais da experiência, e não dos processos puramente racionais dos pensamentos. [...] Assim o

mundo interno de significados é uma construção ímpar, idiossincrática, sentida, e não exclusivamente pensada.

Então, estamos em outro patamar do entendimento da operação de categorização como forma de representação mental da realidade, entendendo, assim como os teóricos da linguagem, uma concepção de compreensão da realidade que se faz de forma interacional entre o sujeito e o meio, de maneira interpretativa, a partir da pessoa que a vivencia. Mas nós nos ateremos nesse trabalho ao modelo objetivista ou de Beck por questões metodológicas e ideológicas distintas entre esses e os construtivistas.

### 3. A TERAPIA COGNITIVA OBJETIVISTA

Como tinha prenunciado anteriormente esse trabalho se aterá a modalidade da terapia cognitiva (comportamental) teorizada por Beck (1982) a qual assume uma abordagem diretiva, estruturada e de prazo limitado no tratamento de vários transtornos psiquiátricos.

Beck se pronuncia sobre as origens da terapia cognitiva (TC) da seguinte forma:

As origens filosóficas da terapia cognitiva podem ser buscadas nos filósofos estoicistas, especialmente em Zenão de Cítio (século IV a.C.), Crisipo, Cícero, Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio. Epicteto escreveu, no Enchiridion: **‘Os homens não são perturbados pelas coisas, mas pelas visões que têm delas.’** Assim como o estoicismo, filosofias orientais como o taoísmo e o budismo enfatizaram que as emoções humanas se baseiam em idéias. O controle dos sentimentos mais intensos pode ser alcançado pela modificação das idéias de uma pessoa. (BECK, 1982, p. 22, grifo meu)

É importante observar que a modificação das emoções pode ser alcançada por abordagens que flexibilizem as formas do paciente decodificar o mundo.

A TC é uma modalidade terapêutica que se fundamenta em uma base teórica segundo a qual o afeto e o comportamento de um indivíduo são largamente determinados pelo modo como ele estrutura o mundo. Suas cognições (eventos verbais e pictóricos em seu sistema consciente) baseiam-se em atitudes ou suposições (esquemas) desenvolvidas a partir de experiências prévias (BECK, 1982, p. 17).

Os esquemas têm função primordial na forma como o indivíduo lê o mundo, as pessoas e a si mesmo, e um entendimento mais pormenorizado dos processos de ativação desses esquemas de categorização pode propiciar uma

melhor abordagem terapêutica, já que esta visa uma alternância de esquemas de leitura do mundo nas ocasiões em que a leitura preponderante estiver distorcida (KNAPP, 2004, p. 25), ou seja, ocorrendo apesar das evidências em contrário, como visto a seguir:

“As técnicas terapêuticas destinam-se a identificar, testar no real e corrigir conceituações distorcidas e as crenças disfuncionais (esquemas) subjacentes a essas cognições.”  
(BECK, 1982, p. 18)

Beck, portanto, entende que uma forma de conseguir benefícios terapêuticos com redução de sintomas seria a correção de conceitos distorcidos pela testagem no real.

O conceito de Esquemas abordado na literatura se confunde com o de crenças, mas aqui será adotada a diferenciação desses dois conceitos, assim como Knapp (2004, p. 23) fez em sua obra. “Esquemas são estruturas e crenças são o conteúdo dos esquemas”. Knapp também define:

Esquemas são estruturas internas de relativa durabilidade que armazenam aspectos genéricos ou prototípicos de estímulos, idéias ou experiências, e também organizam informações novas para que tenham significado, determinando como os fenômenos são percebidos e conceitualizados... Além do mais, esquemas têm uma estrutura interna consistente que ordena novas informações que entram no sistema cognitivo.(KNAPP, 2004, p. 23)

Portanto “esquemas são padrões ordenados da experiência que ajudam os indivíduos a explicá-la, mediar sua percepção e guiar suas respostas” (YOUNG, KLOSKI, WEISHAAR, 2003 apud KNAPP, 2004, p. 24). E crenças são representações internas abstraídas dos dados recebidos do sistema de processamento de informações, que provêm a base para a interpretação das experiências de vida.

Temos esquemas a cerca de todas as coisas, de todas as emoções (apaixonar-se é bom ou paixão traz sofrimento), da realidade física (gosto

quando faz frio ou detesto frio), de comidas e viagens (adoro conhecer lugares exóticos ou em viagem não gosto de ter trabalho), enfim, de tudo (KNAPP, 2004, p. 24).

Esses esquemas podem ser entendidos também na forma de metáforas, que são primordialmente conceituais e fazem parte do sistema ordinário do pensamento e da linguagem segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 20). Assim podemos dizer que “compreendemos o mundo por meio de metáforas, pois muitos conceitos básicos, como tempo, quantidade, estados, ações, etc. além de conceitos emocionais, como amor e raiva, são compreendidos metaforicamente. [...] Esses aspectos ficam evidentes, por exemplo, nas metáforas orientacionais, como FELIZ É PARA CIMA e TRISTE É PARA BAIXO, que se manifestam em enunciados do dia a dia.” (2002, p. 22; para maiores detalhes ver LAKOFF e JOHNSON, 2002)

Assim as crenças são formas de categorização da experiência, ou seja, representações mentais e, sendo entendidas como tal, podem ser estudadas a partir de seus determinantes mais fundamentais que seriam as categorias.

## 4. LINGÜÍSTICA COGNITIVA E PSICOLOGIA COGNITIVA

### 4.1 Contextualizando a Lingüística Cognitiva

Segundo Silva a Lingüística Cognitiva pode ser entendida como:

Uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual.

Silva define também as áreas de interesse dessa recente ciência como:

As características estruturais da categorização lingüística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização lingüística (iconicidade e naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais).

Tida como ciência, a Lingüística Cognitiva surgiu nos finais da década de 70 e princípios da de 80, muito impulsionada, segundo Silva, pelo interesse pelo fenómeno da significação e pela investigação psicolingüística de Eleanor Rosch sobre o papel fundamental dos protótipos no processo de categorização. Só em 1990 é que se institucionaliza, com a criação da "International Cognitive Linguistics Association", da revista "Cognitive Linguistics" (dirigida por Dirk Geeraerts) e da coleção "Cognitive Linguistics Research" (editada por René Dirven e Ronald Langacker e publicada por Mouton de Gruyter). Os representantes principais da Lingüística Cognitiva são os norte-americanos George Lakoff, Ronald Langacker e Leonard Talmy. Mas, e ao mesmo tempo,

surtem também na Europa importantes trabalhos e centros de investigação, em particular na Bélgica e na Holanda. (para maiores detalhes ler Silva)

#### 4.2 A noção de categoria e conceito segundo a psicologia cognitiva

Foi a psicologia cognitiva que balizou os conceitos de categorização dos modelos terapêuticos objetivistas. Ela teoriza que o conhecimento simbólico pode ser entendido através de unidades fundamentais na figura do conceito – “uma idéia a respeito de algo que proporciona um meio para compreender o mundo” (BRUNER, GOODNOW, AUSTIN, 1956; FODOR, 1994; HAMPTON, 1997, 1999; KRUSCHKE, 2003; LOVE, 2003 apud STERNBERG, 2010, p. 268). A abordagem adotada por esses teóricos é a de que um único conceito pode ser captado por uma única palavra e cada conceito pode relacionar-se a outros conceitos.

A noção de Categoria (STERNBERG, 2010, p. 268) faz-se importante como forma de organizar conceitos, pois ela designa um conceito que opera para organizar ou ressaltar aspectos de equivalência, entre outros conceitos, com base em características comuns ou similaridade com um protótipo (um modelo da categoria).

Os conceitos também podem ser agrupados em esquemas “que são estruturas mentais para representar o conhecimento que englobam um conjunto de conceitos inter-relacionados em uma organização com sentido (BARTLETT, 1932; BREWER, 1999 apud STERNBERG, 2010, p. 269). Sterneberg (2010, p. 269) problematiza os esquemas como possíveis formadores de estereótipos os quais podem conduzir o indivíduo a atitudes arbitrárias frente à realidade. Como exemplo cita-se a frase “Sempre fui e sempre serei um covarde” (BECK, 1982, p. 28) que atua como conceituação distorcida da realidade levando o indivíduo a disfunções no funcionamento.

## 5. CATEGORIA, UM PERCURSO EPISTEMOLÓGICO

Saraiva (2008) reconstrói o percurso epistemológico das discussões sobre categorização enquanto processo cognitivo, nos principais paradigmas no âmbito das Ciências Cognitivas, a saber: a perspectiva simbólica, conexionista e a enantista (ou acionista). Por ser um autor didático e por ter apresentado em seus escritos uma pesquisa histórica detalhada sobre a categorização, terá um capítulo inteiro dedicado a ele nessa monografia.

Numa visão simbólica, entende-se o conhecimento como aquilo que pode ser representado mentalmente em um formato específico, estruturado e organizado, nas operações sobre símbolos, em termos de teorias computacionais e modelos mentais. Essa visão tem a premissa de que o conhecimento é representado de forma simples ou complexa. As pesquisas sobre a organização simples do conhecimento investigam “o modo como diferentes categorias semânticas podem ser agrupadas sob um conceito comum e como essas entidades se relacionam umas com as outras” (SARAIVA, 2008, p. 42). Essas pesquisas consideram a Teoria dos Protótipos proposta por Rosch como ponto central.

Já os estudos sobre a organização complexa do conhecimento “apontam em direção ao modo como grandes agrupamentos e conceitos se estruturam e como são utilizados em diversas tarefas cognitivas complexas, como compreender uma história ou um evento” (SARAIVA, 2008, p. 42).

O conhecimento é representado mentalmente de forma específica, organizada e estruturada, sendo que essa representação pode dar-se de forma proposicional, semelhante à linguagem e abstrata, ou analógica, semelhante a imagens. E os conceitos seriam representados por representações proposicionais

### 5.1 A categorização no modelo simples do conhecimento

Na chamada teoria dos atributos de definição cujas raízes remetem a Aristóteles “as categorias são definidas por propriedades inerentes de todos os seus membros, e um membro só pode ser considerado exemplar se possuir todas as características necessárias e suficientes da categoria” (SARAIVA, 2008, p. 46). Esse modelo teórico vem sendo trabalhados por outros autores, mas apresenta limitações em sua abrangência por não demonstrar como as pessoas adquirem conceitos e como eles se correlacionam. Numa tentativa de preencher as lacunas existentes nessa teoria foi desenvolvida a Teoria de comparação de características que define que os membros de uma dada categoria possuem atributos de definição, partilhados por todos, e atributos característicos, que determinaria a tipicidade de um dado membro da categoria.

### 5.2 Teoria prototípica

Com o objetivo de explicar as falhas do modelo de definição de atributos elas “são organizadas em torno de protótipos (exemplares) principais, sendo que a natureza de tais estruturas é concebida de modo diferente nas diversas teorias dessa corrente” (SARAIVA, 2008, p. 49). De um modo geral os conceitos ou são um conjunto de atributos característicos que possuem graus de tipicidade ou de importância diferentes dentro do conceito, ou o melhor exemplar do conceito. Essa teoria apresentada também não define rigidamente os membros de uma categoria, podendo eles migrarem entre as categorias. Dentro de uma categoria o grau de tipicidade varia e o grau de pertencimento é determinado pela semelhança dos atributos de um objeto ao protótipo.

A partir dessa teoria os conceitos foram hierarquizados em três níveis. Nível supra ordenado de baixa informatividade e grande economia cognitiva; nível básico, em que os conceitos têm o maior número de atributos distintivos de outros conceitos do mesmo nível, variando em função de diferenças individuais e culturais; e nível subordinado, para conceitos específicos.

Saraiva citando Oliveira (2001) comenta que as crianças primeiro aprendem as categorias de nível básico, por não serem nem muito abstratas e nem muito específicas. E que através de processos metonímicos,

posteriormente, estabelecemos as generalizações e as especificidades de uma categoria.

A teoria do protótipo ainda não consegue abarcar concepções abstratas, não explica o conhecimento entre as relações e as propriedades dos atributos, e não explica a coesão dentro de uma mesma categoria. Assim essa teoria foi reformulada e os protótipos se converteram em efeito de prototipicidade surgindo o conceito de semelhança de família com um papel decisivo, “sugerindo que os itens de uma mesma família se agrupem um a um, formando uma espécie de cadeia lateral” (SARAIVA, 2008, p. 52).

### 5.3 Os conceitos relacionais ou categorias-ação

Existem alguns conceitos que podem ser chamados de categorias objeto pelas características que os enquadram entre objetos e por poderem ser entendidos pela organização simples do conhecimento, outros conceitos que são aqueles chamados de categorias-ação (bater, andar, subir, etc.) foram posteriormente tomados como um elo de ligação entre as estruturas simples e complexas de conhecimento.

### 5.4 Teorias dos esquemas

Essa teoria foi desenvolvida com o intuito de explicar os processos categoriais complexos realizados para além de agrupamentos hierárquicos de classe de categorias, tais como, eventos do cotidiano como a compreensão de uma frase. Assim a organização complexa do conhecimento propõe que:

Os conceitos se relacionam em conjuntos e de diversas maneiras, de modo a refletir a estrutura causal e temporal do ambiente. Isso deu margem à estruturação de diversos construtos mentais (esquemas, roteiros, quadros, etc.) que pudessem explicar a organização de eventos complexos

através da observação do comportamento das pessoas. (SARAIVA, 2008, p. 53).

Os conceitos são agrupados e estruturados em esquemas que normalmente envolvem conhecimento genérico e poderá ser utilizado para representar eventos, seqüência de eventos, preceitos, situações, relações e até mesmo objetos. (SARAIVA, 2008, p. 53 citando Eysenck).

Nos anos 70 os representantes da jovem Ciência Cognitiva influenciaram a psicologia cognitiva com as teorias dos frames, dos roteiros e dos esquemas. E a aplicação mais literal dessas teorias se deu na Inteligência Artificial.

#### 5.5 A teoria dos frames

Minski citado por Saraiva (2008, p. 55) propôs:

Ao estudar a ligação de significados dentro do texto, a existência de marcos (frames) com casas (slots) a serem preenchidos com valores adequados. Ele considera que algumas dessas casas têm valores compulsórios enquanto outras possuem variáveis a serem preenchidas, ou seja, se não houver nenhuma outra indicação no texto, você operaria aproximadamente na base de protótipos, preenchendo a casa com o valor que seria mais comumente utilizado; outros valores são opcionais, dependentes de cada situação particular.

#### 5.6 As teorias dos roteiros

Schank e Abelson desenvolveram a teoria dos roteiros (scripts) que, segundo esses autores, é:

Uma seqüência de ações ordenadas e apropriadas para um dado contexto espaço-temporal e organizadas em torno de um objetivo, revelando aspectos concernentes ao conhecimento de

mundo do sujeito em questão. Os roteiros especificam os atores, as ações e outros elementos necessários para a realização de um certo objetivo, dentro de circunstâncias específicas. Enfim, podemos dizer que os roteiros são, de certo modo, modelos do mundo externo, que contribuem para a representação de conhecimentos estereotipados sobre algo (citado por SARAIVA, 2008, p. 56).

Os roteiros são esquemas mais complexos que estão na base de nosso conhecimento de eventos cotidianos. Os esquemas são estruturas maleáveis (podem conter outros subesquemas) que assumem várias formas (do tipo “é um”, ou causais) para representar nosso conhecimento, além de codificarem o conhecimento geral que pode ser aplicado a várias situações específicas (SARAIVA, 2008).

Apesar de não existir clareza na forma como os esquemas são formados, alguns autores tentam teorizar, ainda sem comprovação consistente, a forma como o aprendizado ocorre dentro de um sistema baseado em esquemas:

Incorporação: acréscimo de um novo esquema ao existente;

Sintonização: elaboração e refinamento dos conceitos de um esquema por meio da experiência;

Reestruturação: criação de um novo esquema ou por meio de analogia ou por meio de indução de esquemas. (RUMELHART e NORMAN, 1981 citados por SARAIVA, 2008, p. 58)

## 5.7 O connexionismo

Na tentativa de compreender os pontos mal compreendidos pelos behavioristas e pelos simbolistas, os connexionistas buscaram o entendimento dos processos cerebrais e romperam com a idéia de representação mental e do dualismo mente corpo.

O conexionismo assume que o conceito é construído ou formado *ad hoc* com base em conhecimentos que estão engramados distribuídamente nas unidades de redes neuronais, isto é, o conceito não corresponde a algo que está arquivado na memória, aliás, não tem nem existência própria: é uma configuração *ad hoc* que surge em determinado momento mediante algum estímulo (externo ou interno), um estado global que emerge a partir de uma configuração das redes neuronais e que pode estar sempre se modificando de acordo com novos conhecimentos que vão sendo aprendidos (SARAIVA, 2008, p. 61).

Mas mesmo assim, essa abordagem teórica ainda tem alguns pontos fracos, alvos de críticas, que se concentram na não operação com regras abstratas de composição e representação simbólica.

#### 5.8 O enantismo ou atuacionismo

Esse modelo teórico considera o organismo como um todo inserido em seu nicho, interagindo com o ambiente para construir o conhecimento. A ênfase do conexionismo e do enantismo está na experientiação, mas o primeiro se atém ao cérebro enquanto o segundo ao organismo como um todo.

Uma pressuposição básica da teoria enantista é a de que todo ato cognitivo é um ato experiencial, e nesse sentido, situado, resultado do acoplamento estrutural e da interação congruente do organismo-em-seu-ambiente. Em outras palavras, a cognição é *ação incorporada* e não pura representação de um mundo dado *a priori*, anterior a qualquer atividade cognitiva. É a atuação em um mundo, pautada em uma história da diversidade de ações desempenhadas por um ser-no-mundo. (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003 citado por SARAIVA, 2008, p. 64)

Assim essa abordagem teórica tem em vista uma cognição incorporada na qual nossas “estruturas mentais (conceito, protótipos, esquemas, frames, espaços mentais, metáforas, metonímias, etc.) originam-se de forma sensório-motoras e de outras formas de inferências baseadas na experiência corpórea, o que pressupõe integração em nível neural entre percepção, ação e conceptualização.” (LAKOFF; JOHNSON, 1999 citado por SARAIVA, 2008, p. 64)

Esses autores, então, esclarecem que a habilidade de categorizar é inerente a todo ser neural, já que todos selecionam suas ações de sobrevivência. Mas é no *homo sapiens* que essa habilidade adquire uma complexidade singular devido à linguagem verbal. Assim, categorizar é uma questão de sobrevivência e de integração biopsicossociocultural-ecológica do indivíduo com o mundo. (SARAIVA, 2008, p. 65)

## 6. A OPERAÇÃO DE CATEGORIZAÇÃO, OUTROS ACRÉSCIMOS

### 6.1 Vamos a outros acréscimos em categorização

Saraiva (2008, p. 39) define categorizar como sendo a operação de “ordenar um número infinito de estímulos encontrados nas nossas experiências cotidianas em categorias finitas e de fácil acesso.” Baseando em vários outros autores esse autor entende que categorização é uma “habilidade cognitiva do ser humano com a finalidade de organizar o ambiente, possibilitando tratar estímulos diferentes como equivalentes e, desse modo, interagir significativamente com um número infinito e diversificado de objetos e situações a que se expõe.”

Lima (2007, p. 159) entende que “a categorização, como processo cognitivo, é uma alternativa de estruturar a informação, pois ela procura refletir a organização da estrutura informacional de uma pessoa sobre determinado assunto. Essas estruturas do conhecimento são representações da organização das idéias na nossa memória semântica.”

Saraiva (2008, p. 39) cita Jacob e Shaw (1998) para entender categorização como “processo cognitivo de divisão das experiências de mundo em entidades (objetos, idéias, ações, etc.), resultando na construção de uma ordem física e social do mundo.”

“Como processo cognitivo, categorizar proporciona, de forma extremamente eficaz, uma economia cognitiva ao cérebro humano, que simplifica nossa vida, na medida em que nos permite dividir os estímulos em classes de coisas e eventos para compactar a quantidade de informação que precisamos assimilar, perceber, lembrar e reconhecer ao longo da nossa vida. (SARAIVA, 2008, p. 39)”

Lima (2007, p. 158) cita Markman (1989) que descreve a categorização como um “mecanismos fundamental que simplifica a interação individual com o

ambiente: não somente facilitando o armazenamento e a recuperação da informação, mas, também reduzindo a demanda da memória humana.”

Saraiva (2008, p. 39) cita Medin e Ross (1996) que assinalam que “a categorização tem como funções básicas: a classificação, enquanto função de interação com o mundo; o apoio a explicações e o estabelecimento de prognósticos por meio de seleção de planos e ações, e sustentabilidade à mente, através de processos inferenciais derivados de informações já armazenadas (princípio de economia cognitiva). Categorizar é um aparato cognitivo que implementa o processamento lingüístico por conceber as coisas pela linguagem.”

Lima (2007, p. 158) entende que “a categorização passou de um processo cognitivo individual a um processo cultural e social de construção da realidade, que organiza conceitos, parcialmente baseados na psicologia do pensamento. A informação perceptiva é fundamental na definição das extensões de uma categoria, porque a categorização não é feita artificialmente, mas sim, levando-se em conta as informações do mundo a que pertencemos e como respondemos a essas.”

“A operação de categorização leva a um processo de combinação de dados da realidade para a criação de conceitos, e de significados dos conceitos para a organização das experiências, e o conceito como uma resultante desse processo, enquanto uma representação mental do mundo.” (SARAIVA, 2008, p. 40)

Para Lima (2007, p. 157) “o termo conceito é usado para referir-se a uma representação mental de um objeto, ou uma unidade do conhecimento. Já o termo categoria remete à formação da combinação dos significados dos conceitos pelas suas associações, baseada na similaridade entre eles.”

## 6.2 Aproximando categoria de crença

Abordaremos a noção de categoria segundo alguns teóricos lingüistas com a finalidade de ampliar esse conceito e de aproximá-lo ao conceito de crença.

Categorias são segundo Mari (2005, p. 4), ao mesmo tempo, uma função mental organizadora e uma forma de se explicar o funcionamento da própria mente, o que se aproxima do conceito de representação e representação da representação presente em Dupuy (1996) citado acima:

...instrumentos, inventados ou descobertos pela mente, que servem para leitura e organização da atividade cognitiva sobre o mundo das coisas. Além dessa função instrumental de organizar a realidade, elas são também convertidas em metalinguagem e utilizadas para explicar o funcionamento da própria mente. Esse dualismo funcional reforça ainda mais a importância que se confere às categorias.

Marcuschi (2004, p. 268) amparado por vários outros autores propõem uma mudança de foco da questão da representação “saindo da idéia da relação para a de ação”, pois a relação biunívoca, entre a palavra semanticamente falando e o referente mundano, não expressa toda a complexidade do processo de categorização. Esse processo seria fundamentado num trabalho social e interativo. Citando Dummet (1974/1990) “...essa discretização é feita no diálogo e no comum acordo entre os interlocutores e não unilateralmente. A referenciação é um fato social” é uma visão mais adequada e mais abrangente. Essa mudança de foco, aplicada a terapia, leva-nos a uma possibilidade de criação de sentido na análise do discurso durante a entrevista psicoterápica mais coerente, pois os conceitos emergentes nesse nicho se farão discretizados pelos próprios interlocutores.

Citando Mondada & Dubois (1995/2003 p. 21), Marcuschi (2004, p. 269) coloca a instabilidade e a mudança como características ou “dimensões intrínsecas do discurso e da cognição” e não como uma exceção ou um defeito. Isso é um fato interessante, pois em psicoterapia cognitiva a flexibilização da

estabilidade dos esquemas de crenças é o ponto chave do tratamento, visto que ela se manifesta em formas discursivas rígidas e, às vezes, imperativas, ditas sem ambigüidades ou polissemias pelo paciente (devo, sempre, nunca...).

Fauconnier (1997) com a teoria dos “espaços mentais” é abordado por Marcuschi (2004) como forma de entender a operação de categorização que emerge a partir de uma ‘mescla’ de domínios ou uma fusão de conceitos, que devem ser analisados no contexto e de forma interacionista, onde o sujeito inserido em um nicho temporoespacializa-se e faz-se emergir em objetos de discurso a fim de atuar sobre o mundo. Mas Marcuschi (2004, p. 272) alerta também para a existência de algumas representações que tem estabilidade dentro de um grupo social e que nem tudo é construído a parti de um zero cognitivo. “Existe um condicionamento sócio-cultural, ideológico e comportamental das comunidades em relação à atividade lingüística.”

Citando Lakoff (1987: 5-6), Mari (2002, p. 70-71) entende a operação de categorização como princípio básico da racionalização que se manifesta como estruturador de nosso pensamento, percepção, ação e discurso e diz: “Categorizar é um procedimento eficaz de que dispomos para ordenar nosso comportamento; sem ele seríamos incapazes de identificar quaisquer repetições, quaisquer regularidades estruturais ou funcionais e a nossa existência se tornaria uma sucessividade de atos desconexos.”

Mari (2002) também especifica as condições sobre as quais o processo de categorização está submetido. Cita o operador “um tipo de” que produz sobre a categorização o efeito de diferença e semelhança e o operador “é um” que insere um elemento dentro de uma classe.

As línguas naturais segundo Mari (2002) são uma forma de representação das nossas percepções e conseqüentemente uma forma de moldar o modo pelo qual conhecemos as coisas. Assim podemos, através da predicação, construir padrões de conhecimentos sobre as coisas, como no exemplo de Knapp (2004) –“apaixonar-se é bom”-- que implicariam em contrapartida numa sistematização da própria percepção.

Mari (2002) “propõem que ao longo de nossa existência desenvolvemos padrões estáveis de percepção e que eles são reutilizáveis recursivamente nas situações novas a que somos expostos.” Isso pode ocorrer de forma diferente nas pessoas portadoras de transtornos mentais, pois elas podem utilizar padrões enviesados e fixos de percepção os quais se manifestarão como alterações psicopatológicas (e não “inteiramente” de forma recursiva?), essa suposição poderá ser investigada futuramente. (Os termos: “línguas naturais, recursividade, operações, emergências, complexidade, teoria dos espaços mentais, nicho” não serão definidos nesse texto por exigir-me uma grande pesquisa que será feita em outro momento)

Mari (2002) citando Monod (1971) explica os conceitos de regularidade e repetição como categorias definidoras de planos estruturais dos objetos que nos orientam para o seu reconhecimento. E que “um critério decisivo na qualificação da natureza dos objetos é a existência de um projeto para o qual um objeto é concebido”. Essas teorias poderiam ser aplicadas ao entendimento das categorizações dos pacientes frente a situações que lhes provocaram atitudes disfuncionais, melhorando assim as intervenções terapêuticas.

Lima (2007, p. 159) especifica que categorização como “processo cognitivo é uma alternativa de estruturar a informação, pois ela procura refletir a organização da estrutura informacional de uma pessoa sobre determinado assunto. Essas estruturas do conhecimento são representações da organização das idéias na nossa memória semântica.”

Assim, quando o paciente apreende o mundo em função de sua crença ele está categorizando as sensações que chegam ao seu corpo/mente em função de uma regra básica de funcionamento, ou seja, toda crença central é uma forma de categorização que facilita a decodificação das informações sensoriais vindas do mundo, pois emerge da memória semântica. Essas crenças são construídas com as experiências desde a tenra infância e tem a provável função de economia energética, já que formar julgamentos novos em experiências semelhantes resultaria em dificuldades de adaptação ao meio. Então entender que essas crenças são padrões de categorização recursivamente utilizáveis é um bom modelo teórico a ser adotado.

## 7. CONCLUSÃO

Procurou-se mostrar nesse texto que os fundamentos da Terapia Cognitiva têm suas bases na forma como o sujeito categoriza o mundo, presentificados nos termos crença e esquema. E exemplificaram-se as diferentes abordagens teóricas para categorização no sentido de buscar uma aplicação prática para elas.

Iniciamos com um breve histórico, a fim de contextualizar, sobre as Ciências Cognitivas e os teóricos objetivistas e construtivistas da Terapia Cognitiva. Fizemos um apanhado das proposições de Beck sobre a Terapia Cognitiva Objetivista. Passamos por alguns dados históricos da Lingüística Cognitiva e pela noção de categoria e conceito da Psicologia Cognitiva. Juntamente com Saraiva, trilhamos um percurso epistemológico sobre a noção de categoria nas perspectivas simbólicas, conexionistas e enantistas. Finalizamos com outras definições de categorização e com uma aproximação do conceito de categorização com o de crença central.

Visto que, a operação de categorização é fundamental para que possamos ler cognitivamente o mundo das coisas e decifrar o código de como se organizam os conceitos (que estão engramados nas redes neuronais e emergem na forma de memórias semânticas), é imprescindível para o entendimento desse processamento simbólico uma melhor compreensão dos processos envolvidos nessa atividade mental, a qual pode ser aplicada a qualquer atividade humana dessa natureza.

Assim, sabendo-se que a TC de Beck tem como alvo terapêutico a flexibilização e testagem no real das crenças disfuncionais, que são formas enviesadas e rígidas de compreensão do mundo, um maior entendimento da operação de categorização emergente no discurso do paciente poderá ampliar a atuação do terapeuta.

Portanto a Lingüística Cognitiva como fundamento teórico mais abrangente poderá balizar uma prática terapêutica cognitiva mais

fundamentada na linguagem como objeto do mundo natural dando-nos a oportunidade de entender as operações de categorizações emergentes durante o atendimento e em outras situações interacionais relatadas pelo paciente. De forma que poderíamos atuar com testagens no real juntamente com esses indivíduos de maneira mais empática e terapeuticamente produtiva.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Cristiano Nabuco. Psicoterapia cognitivo construtivista: o novo paradigma dos modelos cognitivistas. In: RANGÉ, Bernard (Org.). **Psicoterapias cognitivo-comportamental: um diálogo com a psiquiatria**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap. 3, p. 40-49.

ARTAUD, Antonin. **O teatro e seu duplo**. São Paulo, Max Limonad, 1984, p. 52-53.

BARTLETT, T. R., Osman, A., HEFLEY, E. F. **Mental slowing in elderly persons: a cognitive psychophysiological analysis**. Psychology, Aging, Vol. 4, p. 235-244, 1932, apud STERNBERG, 2010.

BECK, Aaron T. et al. **Uma visão geral**. In \_\_\_\_. Terapia Cognitiva da Depressão. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Cap. 1, p. 15-45.

BREWER, W.F. Schemata. In: R.A. Wilson, F. C. Keil (Eds.), **The MIT encyclopedia of the cognitive sciences**, p. 729-730. Cambridge, MA: MIT Press, 1999, apud STERNBERG, 2010.

BRUNER, J. S., GOODNOW, J.J., AUSTIN, G.A. A study of thinking. Nova York: Wiley, 1956 apud STERNBERG, 2010.

DUMMETT, Michael. **El carater social del significado**. In: M. DUMMETT. [1978], 1990. La Verdad y otros enigmas. México, Fondo de Cultura económica, p. 515-526, apud MARCUSCHI, 2004.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, 228p.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997 apud MARCUSCHI, L. A. (2004).

FODOR, J.A. **Concepts a pot-boiler**. Cognition, Vol. 50, 95-113, 1994, apud STERNBERG, 2010.

GARDNER, Howard. Ciência cognitiva: as primeiras décadas. In: \_\_\_\_\_. **A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva**. Trad. De C. Malbergier Caon. São Paulo: edusp, 1996, Cap. 2, p. 43-60.

GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela. **Teorias e conceitos na lingüística cognitiva (in)compreensões**. Cad.Est.Ling., Campinas, (45):21-32, Jul./Dez. 2003.

HAMPTON, J. A. **Psychological representations of concepts**. In: M.A. Conway, S. E. GATHERCOLE (Eds.), Cognitive models of memory p. 81-110. Hove: Psychology Press, 1997, apud STERNBERG, 2010.

HAMPTON, J. A. **Concepts**. In: R. A. Wilson, F. C. Keil (Eds.), The MIT encyclopedia of the cognitive sciences, p. 117-179. Cambridge, MA: MIT Press, 1999 apud STERNBERG, 2010.

KNAPP, Paulo et al. **Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica**. 1 ed. São Paulo: Artmed editora S. A., 2004.

KRUSCHKE, J. K. **Concept learning and categorization: models**. In: L. Nadel (Ed.) Encyclopedia of cognitive science, Vol. 1, p. 646-652. Londres: Nature Publishing Group, 2003, apud STERNBERG, 2010.

LAKOFF, George. **Hedges: a study in meaning criteria and the logie of fuzzy concepts**. Chicago. Proceedings of Chicago Linguistic Society, n. 8, p. 183-228, 1972 apud MARI, H. (2002).

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

LIMA, Gercina Ângela Borém. **Categorização como um processo cognitivo.** Ciências e Cognição 2007. Vol.11, p. 156-167. Disponível em <http://www.cienciasecognicao.org>.

LOVE, B. C. **Concept learning.** In: L Nadel (Ed.), Encyclopedia of cognitive science, Vol. 1, p. 646-652. Londres: Nature Publishing Group, 2003, apud STERNBERG, 2010.

MARCUSCHI, L. A. **O léxico: lista, rede ou cognição social?** In: NEGRI, L. et al. (Org.) Sentido e significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004, p. 263-284.

MARI, Hugo. **Categorização.** In: MARTINS, Rogério, Parentoni; MARI, H. Universo do conhecimento. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p. 67-90.

MARI, Hugo. **Processamento categorial como atividade mental.** Plural. Revista de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da FUMEC. N. 23, JAN/JUN; 2005, 69-86.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. **Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação.** In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULIA, Alena (orgs.). Referenciação. São Paulo: Contexto, p. 17-52, 2003/1995.

MONOD, J. **O acaso e a necessidade.** Petrópolis: Vozes, 1972 apud MARI, 2002.

SARAIVA, Alexsandro Macêdo. **Cognição e categorização: uma revisão teórica.** In: MACEDO, A. C. P. de; FELTES, H. PE. de M.; FARIAS, E. M. P. (Org.). Cognição e lingüística: explorando territórios, mapeamentos e percursos. Caxias do Sul, RS: EducS; Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 39-70.

SILVA, Augusto Soares da. **A lingüística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística.** Universidade Católica – Faculdade de

Filosofia de Braga. Disponível em <http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm>. Consultado em 21 de janeiro de 2012.

STERNBERG, Robert J. **Representação e organização do conhecimento n memória: conceitos, categorias, redes e esquemas**. In\_\_. Psicologia cognitiva. 5 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. Cap. 8, p. 267-302.

YOUNG, J.E.; KLOSKO, J.S.; WEISHAAR, M.E. **Schema therapy: a practioner's guide**. New York: Guilford, 2003 apud KNAPP, 2004.